

LUIZ GERALDO MAZZA

O fim da modorra?

Ratinho Junior faz afinal a tentativa precisa de baixar custos: a redução de repasses da Lei de Meios aos demais poderes, atitude considerada agressiva por Ademair Traiano, presidente do Legislativo, que se mostra no entanto disposto a harmonizar interesses. É de lembrar-se que no curso da gestão anterior, tanto com Valdir Rossoni como com Traiano houve apreciável devolução de recursos ao Executivo em cenas teatrais com cheques gigantes.

Evidente também que as reações maiores virão do Judiciário, que alega exaustão de recursos para ampliar a prestação jurisdicional e isso torna difícil qualquer concessão. Mesmo se tratando de medida para o ano 2020 é de esperar-se alguma dificuldade na negociação. Um dos pontos polêmicos deve ser a exclusão no cálculo da partilha do Fundo de Participação dos Estados.

De qualquer forma é mais eficaz operacionalmente do que a redução das secretarias, que gera pouco mais de R\$ 10 milhões num ano. No orçamento em vigor o Judiciário fica com 9,5% da receita, que cairá para 8,99%; Assembleia e Tribunal de Contas, que levam 5%, são reduzidos a 4,73%, e Ministério Público sai dos 4,1% para 3,88%. No governo anterior Beto Richa enviou a LDO excluindo o Fundo de Participação, o que não funcionou pela resistência obstinada tanto do Judiciário quanto do Ministério Público.

Espera-se que num momento tenso da vida brasileira, em que há choque interpoderes, o Paraná deixe de ser a modorra política que é e passe a enfrentar os seus conflitos e suas contradições, ainda mais depois do tsunami de corrupção havida e pouco detida por seus agentes institucionais, tal a dimensão das patologias que se davam na paz dos cemitérios.

Usuário e acionista

Quando o governo Bolsonaro impediu o reajuste do óleo diesel, ele o fez em defesa de um dos usuários, o transportador, e essa intervenção deu um prejuízo de R\$ 34 bilhões à Petrobras, aí alcançando os seus acionistas. No exemplo menor daqui, a Sanepar, essa mesma que acabou apanhada lançando esgotos não tratados na bacia hidrográfica do Iguaçu, no início da semana, atribuiu-se um aumento de 12,15%, como se já não estivéssemos com uma tarifa elevadíssima, tanto que sempre como agora regida por valores acima da inflação. Nesse caso só ganham seus acionistas. Urge evitar gangorra excessiva entre dois sustentáculos do sistema, o acionista e o usuário.

Passado o feriadão, dirigentes da Sanepar e da Agência Reguladora do Paraná (que se deu mal nos episódios revelados na gatinagem do pedágio), irão dar explicações no Legislativo. Um pouco de brío, ainda que com pouco brilho, faria bem a todos.

STF e PGR no octógono

Aquilo que seria inimaginável acontece: uma disputa entre o STF e a PGR, vertida em clima de octógono, meio adequado para luta marcial mista. O Supremo, através do seu presidente Toffoli e do ministro Alexandre Moraes, insiste na caça às fake news como se fosse possível a quem julga acumular a missão investigatória, o que é olhado como absurdo pela maior parte dos juristas. Como porém o destempero entre essas duas forças já se dá há tanto tempo nada surpreende o tom de irracionalidade que a emulação provoca, já que coisas mais sérias, como a pendência em torno da prisão pós decisão de segunda instância, nem sempre se dão em nível acadêmico e parecem dividir os grupos em facções e não entre linhas doutrinárias diversas, de escolas ou teorias. Não se capta um esforço que não seja a mera compulsão corporativa, que nesse caso em particular deve passar pela visão colegiada. Está mais que demonstrado que uma das mais negativas orientações da Córte esteja justamente no predomínio, em seus julgamentos, das chamadas decisões monocráticas, muito distantes de expressar a média do juízo de valor dos seus integrantes, mas que prevalece como força de lei, ainda que provisória, o que não é, em termos epistemológicos, uma boa dimensão do Direito.

O lado bom

Dessa guerra que o bolsonarismo faz ao consenso das coisas - diversidade, tolerância, meio ambiente, multas - há um fermento polêmico, ainda que inusitado, como o de que o nazismo teria sido de esquerda e o golpe militar uma revolução redentora que nos salvou do comunismo. Vale como fervedouro de ideias e tanto que quarta-feira (17) na “Folha de S.Paulo” pintou uma pregação diferenciada de Hélio Beltrão sobre o anarcocapitalismo, quando qualquer forma de anarquismo sempre foi mais vista como um enfoque mais à esquerda, ainda que numa linha de libertarismo. Desde o clamor de que “a propriedade é um roubo” até o anarcosindicalismo, isso no fator trabalho, vimos expressões próximas da negação do governo, de uma direção, inclusive no ludismo, reação de têxteis que quebravam os teares que reduziam o emprego de mão de obra. Em tempos modernos vimos um seguidor do lulismo, o Meneghelli, comandar uma operação que entregava produtos de uma montadora com defeitos. Discutamos, sim, o anarcocapitalismo que vem precedido, na bibliografia, de um dos maiores pensadores do liberalismo, Ludwig Von Mises.

Folclore

Alguns analistas chegaram à conclusão de que é mais fácil Paulo Guedes e Sergio Moro deixarem o ministério do que o guru Olavo de Carvalho deixar de dar palpites lá da Virgínia.

Projeto do Refis e reforma voltam à pauta da AL na semana que vem

Ambas as matérias já foram aprovadas em primeira discussão e retornaram à CCJ para análise das emendas

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - Já aprovados em primeira discussão, os projetos de lei 190/2019, que trata do Refis, e 57/2019, referente à reforma administrativa proposta pelo governador Ratinho Junior (PSD), voltam à pauta da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná na semana que vem. Ambos receberam emendas em segundo turno, quatro e 20, respectivamente, e, nessa quarta-feira (17), pedidos de vista na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

No caso do Refis, o texto encaminhado limita em 5% os honorários advocatícios devidos em relação aos créditos ajuizados e quitados com os benefícios da Lei nº 19.802/2018, sobre tratamento diferenciado de pagamento de dívidas tributárias de ICM e ICMS. “Estamos chegando a um acordo e construindo uma proposta com 2%, sendo 1% para o fundo e 1% como sucumbência [das ações ajuizadas]”, adiantou o líder do governo, Hussein Bakri (PSD).

“A despeito de alguns dizem que o bom pagador é prejudicado, e até concordo em partes, é preciso entender que nosso país está mergulhado numa crise há muito tempo e algumas pessoas não estão conseguindo colocar em ordem seus compromissos.



Orlando Kissner/Alép

*O líder do governo na Assembleia, Hussein Bakri (PSD), defende o Refis: “As pequenas e médias empresas têm recorrido ao programa para regularizar sua situação”*

Os brasileiros normal sabe que seu ganho não é mais o mesmo. As pequenas e médias empresas têm recorrido ao Refis para regularizar sua situação”, defendeu Bakri.

Requião Filho (MDB), da bancada de oposição, também disse que acha o projeto necessário, devido ao arrocho fiscal que os empresários e empreendedores sofreram no Paraná. “Houve um aumento enorme de carga tributária, esmagando a capacidade de investimento. Só que o que está em discussão é o pagamento ou não de honorários aos procuradores. Acho que o Refis é um acordo feito entre governo e devedo-

res e o governo tem plena liberdade de decidir quanto e como deve ser pago”.

TRÂMITE

As duas matérias precisam passar novamente pela CCJ antes da votação em segundo turno. A comissão se reúne na próxima terça-feira (23). Em caso de aprovação, elas podem ser analisadas em plenário no mesmo dia. A expectativa é de que a base aliada não tenha problemas. “Estou muito satisfeito com o número de votos obtido [na primeira votação]. Os deputados entenderam o espírito dos projetos”, afirmou o líder governista.

APOSENTADORIAS

O presidente da AL, Ademair Traiano (PSDB), confirmou que também na semana que vem deve pautar a discussão sobre a aposentadoria dos ex-governadores e de viúvas de ex-chefes do Executivo. A proposta apresentada por Ratinho Junior acaba com o benefício a partir de agora. Há na Casa, porém, uma corrente que defende o fim de todas as aposentadorias atualmente concedidas. “A comissão especial deve se manifestar na segunda-feira (22) e, tendo ela se manifestado, eu já incluirei na pauta”, contou Traiano.

Rossoni vira réu por improbidade na Quadro Negro

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O ex-deputado federal e ex-chefe da Casa Civil Valdir Rossoni (PSDB) virou réu na ação da Operação Quadro Negro, que apura desvios de mais de R\$ 20 milhões de verbas públicas na construção de escolas sob responsabilidade da SEED (Secretaria Estadual de Educação) no governo Beto Richa (PSDB). A denúncia foi acatada no dia 9 de abril pelo juiz Luís Mauro Lindenmeyer Eche, da 1ª Vara da Fazenda Pública de União da Vitória (Sul).

Trata-se de uma ação civil pública por improbidade administrativa instaurada contra o tucano e outros quatro denunciados, incluindo o

dono da empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais Ltda, Eduardo Lopes de Souza, que delatou o esquema, e o filho de Rossoni, Rodrigo Rossoni, ex-prefeito de Bituruna (Região Metropolitana de Curitiba).

O MP (Ministério Público) apura irregularidades e favorecimento no convênio firmado entre o município e o Estado do Paraná entre 2011 e 2012 via SEED com repasse de verbas públicas voltadas à reforma e ampliação da escola municipal Dr. Oscar Geyer.

MAIS QUADRO NEGRO

Rossoni é réu em outra ação civil pública por improbidade administrativa que tramita na 5ª Vara de Fazenda

Pública de Curitiba. Neste caso estão envolvidos o ex-governador Beto Richa, o deputado estadual Plauto Miró (DEM), o engenheiro civil Mauricio Fanini (preso em Curitiba) e outras oito pessoas. O ex-parlamentar também responde a processo na esfera criminal.

A ação é referente aos aditivos do contrato com a empresa Valor Construtora e autorizados pela administração pública que ocorreram entre 2012 e 2015 e envolvem os deputados que teriam negociado as fraudes.

DEFESA

O advogado José Cid Cam-pêlo Filho, que defende Val-

dir Rossoni, informou que irá interpor recurso para o próprio juiz em primeiro grau chamado de embargos de declaração. “Ninguém dentro do processo disse que o Rossoni pediu ou recebeu propina, nem mesmo o delator e criminoso Eduardo Alves de Souza, que recebeu dinheiro e não fez diversas escolas, ainda que em Bituruna tenha construído todas elas.”

Outro recurso será um agravo de instrumento para o TJ (Tribunal de Justiça). “Não existe prova nem vai haver, sobre vantagem indevida. Não se tem nenhuma dúvida de que a decisão vai ser modificada pelo próprio juiz ou pelo Tribunal.”



A Empresa abaixo torna público que solicitou ao IAP a Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento abaixo especificado: EMPRESA: Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. ATIVIDADE: Melhorias Operacionais do SES (Reforma do Desarenador e Graudeamento reforma dos Reatores, execução do Reservatório de Acúmulo e 03 Leitos de Secagem. ENDEREÇO: ETE: Uma área de terras com a área de 10.834,56m destacada do Lote de terras nº 16 da Gleba Patrimônio Mandaguari. MUNICIPIO: Mandaguari / PR.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ  
CNPJ Nº 76.592.807/0001-22

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**


Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (55ª), a serem realizadas no dia 29 de abril de 2019, com início às 16h na sede da COHAPAR, situada na Avenida Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 800, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**Em Assembleia Geral Ordinária (55ª)**

1. Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
2. Eleição dos Membros do Conselho Administração;
3. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal;
4. Fixação da remuneração do Conselho Fiscal.

Curitiba, 10 de abril de 2019.

**Rômulo Augusto Araújo Bronzel**  
Presidente do Conselho de Administração



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ**

**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2019 – HUOP/UNIOESTE.** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de esfigmomanômetros, esteloscópio, termômetro, oto-oftalmoscópio, cufo metro e oxímetro. para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Recebimento das propostas:** Das 08:00h do dia 24/04/19 até às 09:00h do dia 03/05/19. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 08/05/19, 09:00h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2019 – HUOP/UNIOESTE.** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Cateletes, filtro de linha de infusão, introdutor de PICC e equipo aspiração e irragação para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Recebimento das propostas:** Das 08:00h do dia 24/04/19 até às 09:00h do dia 24/04/19 até às 09:00h do dia 13/05/19. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 13/05/19, 09:00h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2019 – HUOP/UNIOESTE.** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Fios de aço Kirschner e Steinmann, Fio de cerclagem, Serra de Gigle e Barra de Erich para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Recebimento das propostas:** Das 08:00h do dia 24/04/19 até às 09:00h do dia 15/05/19. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 15/05/19, 09:00h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019 – HUOP/UNIOESTE.** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos diversos e fios cirúrgicos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Recebimento das propostas:** Das 08:00h do dia 22/04/19 até às 09:00h do dia 03/05/19. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 03/05/19, 09:00h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages [www.unioeste.br/huop](http://www.unioeste.br/huop), [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) ou [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 17/04/2019